

# DESAFIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS NUM ESTUDO DE GEOGRAFIA HISTÓRICA

Prof. Dr. Adriano Bittencourt Andrade, UNB e CMB, abittandrade@hotmail.com

## Eixo temático 1. Epistemología, teoría e historia de la Geografía

### RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão sobre alguns desafios teóricos e metodológicos encontrados num estudo de Geografia Histórica, para isso apresenta um objeto empírico, a dinâmica territorial da breve história do distrito Federal no Brasil e aplica um método de abordagem pertinente a este enfoque. Parte do entendimento do espaço como reflexo e condição da ação social e, na análise do objeto concreto, apresenta e analisa os seguintes óbices à pesquisa: o desafio de tomar o espaço como totalidade, como resultado integrado de variadas escalas de análise, dinâmica concreta e simbólica do binômio tempo-espaço; a necessidade de entender que a dinâmica concreta do espaço urbano resulta, invariavelmente da ação combinada e/ou conflitante de agentes de produção do espaço; terceiro, que para todo estudo que se proponha analisar dinâmicas territoriais pretéritas é fundamental estabelecer uma periodização coerente com o recorte e dinâmica têmporo-espacial proposto, ou seja, não há como prescindir do trato da categoria Tempo na análise espacial, ratificando a noção inseparável de espaço-tempo; o quarto desafio está no enfrentamento analítico entre o pensado/planejado e o vivido, o necessário embate entre os projetos e planos de intervenção e as fontes (secundárias e primárias) que revelem o acontecer concreto do espaço banal; o quinto está na própria aplicação da escala de análise nos estudos urbanos e o entendimento do espaço como totalidade transversal às variadas escalas; por fim, um desafio operacional à pesquisa primária que é o fato de lidar com hiatos de informações, ausência ou dificuldade de acesso às fundamentais fontes documentais e/ou cartográficas e os riscos de desenvolver uma pesquisa de cunho Geográfico Histórico sem esta sustentação. Não obstante a exemplificação constante do objeto concreto da dinâmica territorial do DF, tem-se a convicção que os desafios apresentados e os seus desdobramentos repercutem em todo estudo que utilize do instrumental da Geografia Histórica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia Histórica; Metodologia de pesquisa; desafios teóricos.

São muitos os desafios que se apresentam para quem se arvora a entender o complexo espaço urbano hodierno. Impõem-se óbices de ordem conceitual, mas também metodológica devido à complexidade do trato do território no nosso tempo nas variadas escalas de análise (mundial, nacional e local/regional)<sup>1</sup>.

Lançar olhares analíticos para a organização e dinâmica territorial em tempos mais recuados significa submeter-se a uma outra gama de desafios próprios da Geografia Histórica, campo de estudos que se avoluma nas últimas décadas apesar da insegurança conceitual e metodológica, o que faz parecer qualquer estudo que remeta ao passado possa ser apresentado como um capítulo, dissertação ou tese resultante da abordagem geográfica histórica, o que, certamente se constitui em erro crasso, como se verá no corpo deste artigo.

A perspectiva do texto aqui desenvolvido é apresentar, a partir de uma realidade concreta, alguns desses desafios que circunscrevem os trabalhos da Geografia Histórica, uma tipologia de pesquisa que objetiva apreender dinâmicas espaciais passadas numa tentativa de iluminar o acontecer no espaço a partir da reconstituição de paisagens e eventos que se deram tempos recuados.

O objeto empírico de estudo está sustentado na análise da dinâmica territorial do Distrito Federal (DF). Utilizando-se, para isso, de fontes documentais, de campo e bibliográficas, desenvolve-se uma pesquisa, sustentada em base cartográfica, acerca das estratégias de fragmentação do território do DF em sucessivas Regiões Administrativas. Uma perspectiva para buscar entender o percurso histórico de ocupação e uso do espaço da capital federal, espaço esse que se complexifica na atualidade formando uma área metropolitana com alcance supra distrital. É a leitura do território a partir da sua história espacial.

Certamente a capital federal do Brasil guarda diversos elementos comuns às demais manchas metropolitanas do mundo organizado segundo as prerrogativas do capitalismo, com todas as suas modernidades e mazelas, entretanto, há peculiaridades que a marcam e diferenciam. Nesse sentido, concorda-se com o arquiteto Frederico de Holanda quando este afirma que é redutora a leitura que se faz de que Brasília

---

<sup>1</sup> Ver, respectivamente, Andrade (2010); Santos e Silveira (2001); Paviani et.al (2010).

apresenta os mesmos problemas das outras cidades brasileiras ou, de forma mais abrangente, das cidades capitalistas em geral. Segundo o autor, há amenidades e problemas típicos da capital, dentre os quais ele relaciona:

Há sérios problemas quanto às baixas densidades edificadas, à alta dispersão da ocupação territorial, à perversa relação entre localização de empregos e localização de moradias, com excepcional concentração de comércio e serviços no centro metropolitano. As mais altas densidades habitacionais estão na periferia, contradizendo a realidade das demais capitais brasileiras [...] A infraestrutura urbana é subutilizada, o intenso movimento pendular entre áreas periféricas e o centro metropolitano impõe elevados custos socioeconômicos (mormente para os pobres), a ordem espacial não favorece sistemas de transporte de massa. As características de Brasília metropolitana são captadas mediante estes aspectos: fragmentação, densidade, dispersão, excentricidade e segregação socioespacial. (HOLANDA, 2010, p.47)

Paviani (2010a, p.84), em 1985, alertava que Brasília se assemelhava às grandes cidades brasileiras em termos de contingente populacional e complexidade funcional, mas era diferente “quanto ao povoamento polinucleado, com ocupação espacialmente dispersa e quanto à dinâmica e peso da intervenção do Estado neste mesmo processo”.

Esses autores, dentre outros, propugnam especificidades que caracterizam Brasília de forma a construir a problemática que define o objeto deste texto.

Essa breve contextualização do objeto concreto de estudo não deve obliterar o foco no cerne desse artigo que é a discussão sobre os desafios que se impõem aos estudos sustentados na Geografia Histórica.

O geógrafo Milton Santos aborda o desafio de tratar de configurações espaciais vividas/estruturadas em outros tempos com o instrumental analítico de agora. Ele estimula o pensar com o seguinte questionamento:

A geografia histórica pretende retrair o passado, mas ela o faz assentada no presente, isto é, a partir do momento em que é escrita. Em que medida ela pode revelar o que arbitrariamente se chama de passado, quando, em vez de mostrar a coerência simultaneamente espacial e temporal de um mesmo momento, apenas reúne instantes disparatados e distantes da mesma flecha do tempo? (SANTOS, 1997, p.42).

O rigor metodológico é certamente o caminho prioritário para superar esse problema e, ainda que o arcabouço conceitual e a centralidade do espaço geográfico na análise histórica careçam de um aprofundamento teórico, especialmente na discussão sobre as bases metodológicas para sustentação da pesquisa empírica, há trabalhos que apontam para este horizonte<sup>2</sup>. Tratando da Geografia Histórica Urbana, Vasconcelos (1999a), confirma a existência da pequena quantidade de estudos teóricos e propõe uma metodologia de abordagem calcada em quatro etapas articuladas: periodização, contextualização, identificação dos agentes de produção do espaço e avaliação das transformações espaciais. Tal metodologia já foi utilizada em estudos de mestrado e doutorado (ANDRADE, 2005 e 2013a) em diferentes recortes temporais e espaciais (nos níveis do urbano e do regional).

A primeira etapa dessa proposta metodológica é a definição do recorte temporal e da periodização. No caso aqui indicado, há um recorte temporal curto com três momentos distintos na produção do espaço do DF, da construção de Brasília ao ocaso do período ditatorial e da redemocratização à atualidade. Entretanto, propõe-se utilizar as datas de criação de Regiões Administrativas como recortes temporais para entender os processos que sucessivamente e cumulativamente foram repercutindo na expansão da Área Metropolitana de Brasília.

A segunda etapa sugerida por Vasconcelos (1999a, p.199) é a da contextualização. Há a necessidade de apreender uma dinâmica a partir de focos multiescalares. Esse exercício se dá no contexto do DF, cotejando com os acontecimentos marcantes do Brasil e do mundo que repercutiram no espaço e período estudado.

O terceiro passo metodológico é a identificação dos agentes de produção do espaço, um exercício fundamental para compreender quais demandas levaram à fragmentação do espaço e determinaram novas nuances para aquele território.

Enfim, o quarto passo é a observação e análise das transformações espaciais e a busca pela configuração espacial resultante como síntese de um período. Para esse

---

<sup>2</sup> O exemplo é o recente artigo de Costa (2015) que além de historicizar e problematizar a produção recente da Geografia Histórica, faz considerações metodológicas acerca das bases de dados, sugerindo a oralidade como uma possível fonte primária.

fim, utiliza-se amplamente da cartografia e iconografia para compor cenários espaciais, a partir de fontes primárias e secundárias.

São elementos metodológicos balizadores dessa tipologia de pesquisa o amplo uso do instrumental da cartografia, para tanto, nesse caso específico do estudo sobre o DF tem-se como referência, dentre outros, os trabalhos desenvolvidos por Anjos (2008 e 2010). Esse instrumento possibilita leitura da dinâmica territorial com perspectiva de visualizar no espaço o cruzamento de dados de diversas naturezas com o uso dos SIGs (Sistemas de Informação Geográfica). Com a cartografia e iconografia histórica se abre a alternativa de resgatar configurações territoriais pretéritas, inclusive no uso de mapas conjecturais e, por fim, tem-se com esse instrumento a possibilidade de construir uma sucessão de mapas que permitam identificar o processo de fragmentação administrativa do espaço do DF a partir da leitura de imagens.

Esse “caminho” metodológico pressupõe, todavia, segurança conceitual e, nesse sentido, há uma premissa para o estudo sobre o espaço do passado que deve ser respeitada:

A compreensão do espaço como elemento fundamental nas relações sociais. Utilizando-se da clássica conceituação de Santos (1997, p.90) que propõe o entendimento do “espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, não é plausível pensá-lo como mero receptáculo.

O espaço é resultado concreto e simbólico das relações sociais, mas também é condicionante dessas ações que aí se dão. Tratando do espaço urbano, Raquel Rolnik informa que o entendimento (à luz de Fernand Braudel) da cidade como catalizadora das relações

contrapõe radicalmente à noção da cidade como cenário ou à cidade como espaço inerte, onde se projeta uma transformação cuja origem está além de configurações propriamente espaciais. Ou ainda, aquela idéia de relação especular: a economia produz não-sei-quê, e o espaço é apenas seu continente. O processo, que já aconteceu a nível econômico, simplesmente se rebateria ou se espelharia no espaço urbano. (ROLNIK, 1990, p. 27-28)

Nesse caso, para exemplificar essa especulação teórica, pensando em tempos mais recuados na implantação de Brasília, pertencer aquele espaço geográfico, era mais que viver num cenário urbano, tinha um valor simbólico que ainda se propaga por todo o território do DF.

Braudel (1978, p.223) dá um exemplo esclarecedor do papel simbólico de um espaço urbano frente ao longo domínio rural. Tratando de uma ocupação colonial da Bahia, ele apresenta características atuais de uma pequeníssima cidade junto ao espaço rural; entretanto, “é em relação a esses camponeses que o homem de Minas Velha se sente cidadão”. Pertencer àquele espaço é assumir os elementos que a eles estão associados pela produção social ou na simbologia adotada pela mesma sociedade. Braudel, escrevendo sobre o morador da cidade, sugere que é essa relação com o homem do campo que o faz “sentir-se superior a esses camponeses, hóspedes do sábado, no dia do mercado, a esses clientes desajeitados das lojas, reconhecíveis à primeira vista pelas roupas, pelo sotaque, pelas maneiras e mesmo pelo rosto”. É a negação do espaço inerte. Pertencer a um espaço, essencialmente, significa viver aquela ou aquelas temporalidades técnicas ali presentes e, desta forma, compor uma configuração técnicas ali presentes e, desta forma, compor uma configuração significa viver aquela ou aquelas temporalidades técnica e vive, traço que não contém ou é contido, mas de conteúdo espaço-social.

Considerando, então, que a produção do espaço é resultante social, não é possível dissociar o construído (objeto técnico) dos sentidos dados a ele. Assim, o arranjo de objetos técnicos, com maior ou menor densidade, repercute diretamente na sociedade que neles e entre eles se articula e vive, transformando-os em ações, também técnicas, e dando sentidos diversos ao que, inicialmente, era apenas material. Tanto assim que a base material resiste no tempo, por outro lado, os sentidos dados a ela são tão dinâmicos quanto a sociedade que nela vive.

Visto desta forma, amplia-se a importância do espaço na análise histórica, pois, mais que a apreensão da base material, a procura pelos sentidos que a sociedade de então dava àquela dada configuração espacial, permite entender a própria dinâmica social, suas temporalidades técnicas, valores e hábitos e, nesse caso, transpor o óbice

de olhar o passado como um acontecer estático num palco que guarda suas marcas no presente.

Desta forma, juntando voz ao pequeno texto de Rolnik (1990), deve-se utilizar o espaço como uma essencial fonte de pesquisa, visto que, pela apropriação da sua configuração pretérita, tem-se a possibilidade de entender a dinâmica social do recorte têmporo-espacial estudado e projetar leituras para a atualidade. Essa é a premissa norteadora do texto que segue.

Entender a produção do território na perspectiva espaço-temporal impõem a dificuldade epistemológica de cotejar as duas categorias de análise (espaço e tempo), indecifráveis separadamente, como se sustenta adiante. No enfrentamento dessa temática para o desenrolar da pesquisa surgem os desafios (seis conjuntos abaixo enumerados) de ordem conceitual, metodológica e operacional desmembrados a seguir como fundamentos para a consecução do trabalho.

(1) O primeiro óbice é o desafio constante de, à luz da clareza epistemológica, tomar o espaço como totalidade<sup>3</sup>, como resultado integrado de variadas escalas de análise, dinâmica concreta e simbólica do binômio tempo-espaço.

No caso específico do objeto aqui tratado, ainda que explicitamente se trabalhe com a escala urbana do local e regional, não é possível apreender da dinâmica do DF sem o entrecruzamento das escalas de análise. As opções de “acupuntura urbana” tanto para intervenção como para análise tendem a apresentar resultados muito parciais quando não “dialogam” com um todo complexo e articulado que compõe o espaço urbano.

Destaca-se aqui que não se defende uma panacéia de análises sem um foco escalar, concorda-se então com Castro, quando esta autora defende que

Todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada. A escala é também uma medida, mas não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo. Não é possível, portanto, confundir a escala, medida arbitrária, com a dimensão do que é observado. (CASTRO, 1995, p.127)

---

<sup>3</sup> Como ensina e alerta Milton Santos em várias de suas obras, a exemplo “Da Totalidade ao Lugar” (SANTOS, 2005).

Entende-se entretanto, como premissa de análise, que são diversas as escalas para pensar o urbano (do bairro à metrópole e sua região e os vínculos e interesses com cenários e atores globais). Essas múltiplas escalas, em flechas analíticas, se encontram no acontecer do espaço banal, porém a busca da sua apreensão com foco apenas no resultado concreto tende a produzir olhares míopes sobre os processos espaciais<sup>4</sup>.

(2) O segundo alerta, diz respeito ao entendimento que a dinâmica concreta do espaço urbano resulta, invariavelmente da ação combinada e/ou conflitante de agentes de produção do espaço. Não há um espaço que derive de um acontecer involuntário. As relações de poder entre indivíduos (isoladamente ou como grupos – consumidores, poder público, instituições, empresas, dentre outros) determina o conjunto dinâmico da totalidade urbana.

Esses agentes, entre hegemônicos e hegemonzados, conforme já trabalhado anteriormente (ANDRADE, 2005 e 2013a) variam no tempo e no espaço, todavia não é possível fazer um exercício de análise de uma dada dinâmica urbana sem procurar nomeá-los e entender quais os interesses em jogo nas relações que estabelecem para a produção da cidade. Para o caso específico do DF, para cada período proposto há nuances que demarcam os agentes mais atuantes o que confirma a sua variação quando se altera o período em estudo.

Estado, incorporadores, instituições por vezes são tidas como entidades impessoais que simplesmente fazem acontecer o cotidiano das cidades. Essa compreensão fatalista, além de perigosa, oblitera os jogos de poder mascarados (ou não) no interior dessas entidades. Definitivamente, elas são formadas por pessoas e defendem interesses individuais ou de grupos e, dos jogos de poder decorrentes dos embates no acontecer urbano é que resulta o fazer concreto da cidade.

(3) O terceiro desafio, já anunciado, é o de trabalhar com a categoria tempo na análise espacial. Ou, para melhor estruturar, trabalhar com a noção inseparável de espaço-tempo.

O geógrafo Everaldo Costa (2015, p.5) polemiza quando escreve que

---

<sup>4</sup> O texto de Vasconcelos (2003) é esclarecedor acerca da busca pela cidade como totalidade multiescalar nos variados estudos clássicos sobre o espaço urbano.



Sendo o espaço geográfico a sociedade, reconhecer ou potencializar o enquadramento socioespacial do passado em seu decurso não seria importante na dialetização socio-temporal da própria categoria espaço geográfico? Como anunciado em estudo anterior, a dialética do espaço geográfico exige esmiuçamento epistemológico da tríade espaço-tempo-sociedade, bem como a abordagem do universal-particular-singular que atravessam os fenômenos, para a sua compreensão e a do mundo, em seu passado-presente-futuro, ou seja, no seu devir histórico. (COSTA, 2015, p.5).

Concorda-se com o autor que, em estudos geográficos, seja de momentos presentes ou passados, a categoria tempo é imprescindível para a análise da dinâmica territorial, mormente o entendimento que no espaço há o entrecruzamento de diversas temporalidades técnicas, sendo assim, um resultante dinâmico, sempre presente, de diferentes momentos históricos que ali se materializam em formas e ações coerentes com o “novo” momento vivido<sup>5</sup>.

Pedro Vasconcelos orienta que “se o nosso objetivo é o de estudar uma cidade na longa duração, é necessário para estabelecer uma periodização, não partir necessariamente dos eventos históricos, mas inverter a questão, partir das principais mudanças espaciais, que ocorreram no tempo” (VASCONCELOS, 1999b, p.87).

Nesse sentido, os estudos históricos, notadamente os da Geografia Histórica, não prescindem de uma criteriosa periodização. Essa é uma condição primeira para tentar apreender diferentes momentos, contextos e articulações de forças que repercutiram em transformações espaciais.

Assim, atento às nuances do Tempo, do tempo histórico e das temporalidades técnicas, também certos que diferentes camadas de tempos tocam o espaço, apresenta-se de forma mais operacional o desafio da periodização e a opção feita para esse estudo sobre a dinâmica urbana no DF.

Essa é uma luz basilar para o estabelecimento de uma periodização para a breve história territorial do Distrito Federal, neste caso o desafio é identificar os tempos densos e os hiatos temporais numa cidade/região marcado pela dinâmica intensa das transformações espaciais vividas ao longo dos pouco mais que sessenta anos de existência.

---

<sup>5</sup> Esse tema, bem como os desafios de lidar com estruturas espaciais em tempos pretéritos, já foi amplamente discutido em Andrade (2007).

Considerando que o texto histórico parte do lugar social de quem o escreve a partir dos fragmentos (documentos e memórias) de um passado (neste caso, um passado bastante recente), fez-se a opção por fragmentar o recorte temporal desse estudo em três períodos distintos: após a implantação/construção da cidade (1956 a 1964), no contexto histórico de transferência da capital e forte atração demográfica de mão de obra para a construção civil, de migrantes em busca do eldorado prometido e de trabalhadores que passaram a povoar os órgãos, instituições e empresas transferidas da antiga capital federal (Rio de Janeiro), além do rápido adensamento das primeiras manchas de povoamento do DF; O primeiro período envolve os anos de 1964 a 1988, o seu início é regulado pela lei que implanta as regiões administrativas e o término coincide com o fim dos Governos Militares, são 24 anos onde foram mantidas as primeiras oito RAs não obstante a pressão demográfica, econômica e política para o desmembramento; O segundo período dura 13 anos (1989 a 2002), onze novas RAs foram criadas na aurora dos primeiros governos democráticos, o DF possuía então 19 RAs, todas demarcadas territorialmente; O terceiro e último período, de 12 anos, quando se consolida a metrópole brasileira, outras 12 RAs são criadas, entretanto ainda carecem de precisa demarcação oficial suscitando discussões sobre a sua reincorporação às antigas RAs e causando imbróglis administrativos formais nas faixas fronteiriças.

Periodizações anteriores já foram propostas e aplicadas<sup>6</sup>, algumas coincidentes com as que aqui sugerimos, entretanto, a diferença substantiva está no critério que nos impulsiona nesse estudo, qual seja, a busca pela expansão urbana do DF a partir da divisão do seu território em sucessivas Regiões Administrativas, daí, pode-se afirmar que cada periodização, sustentada em critérios explícitos é coerente com o estudo que se pretende fazer.

(4) O quarto alerta diz respeito a uma premissa amplamente discutida por urbanistas e planejadores, trata-se do abismo que há entre o pensado/planejado e o vivido. O extenuante trabalho de Graciete Costa (2011), mostra que, para além do

---

<sup>6</sup> Como Paviani (2010a, p.89) sustentado nas fases de povoamento do DF e Peluso e Oliveira (2012) que periodizam a breve história do DF em dois momentos, tendo o término dos Governos Militares como elemento balizador.

Plano Piloto e dos diversos planos de intervenção ao longo da história territorial da área tombada, muitos outros planos foram produzidos para assentar a população das demais Regiões Administrativas. Essa regulação, todavia, não resolveu os imensos problemas que afligem a população desses aglomerados urbanos, mormente os vinculados à infraestrutura e à dependência funcional do centro político-econômico do DF.

Não se advoga pela falência do planejamento, muito antes disso, acredita-se que o planejador urbano é um agente importantíssimo na produção do espaço, ele, entretanto, conforme assinalado acima, participa de um embate nas relações de poder das quais deriva o acontecer concreto da cidade. A sua força/saber é apropriado pelo Estado como regulação pública oficial e, desta forma, impõem legitimação à ação de outros agentes (parece evidente que essa ação dos demais agente não acontece à revelia do planejamento, nem esse é independente dos interesses dos grupos hegemônicos e das articulações daí derivadas).

Chama-se a atenção aqui para três aspectos absolutamente relevantes nesses (des)encontros entre o plano urbano e a concretude do espaço banal:

Primeiro, há a dificuldade imposta pela descontinuidade política no planejamento. Seja pela diferenciação entre a continuidade urbana e o limite territorial de gestão de um poder (fato analisado no item seguinte), seja pela sucessão de poder na entidade federativa sem um projeto para o território que permeie a temporalidade de um mandato, mas, habitualmente, com projetos pontuais de cunho político ideológico que falecem com a alteração do poder estatal.

O segundo aspecto está vinculado à fragmentação do saber entre universidade, organismos científicos e setores públicos (planejadores formais). Do planejamento à realização e crítica, essas unidades que pensam/projetam o urbano tem ação estanque com pequena aproximação, também um resultante evidente de diferentes projetos políticos, o que obstaculariza projetos integrados entre o saber produzido (por vezes em bases locais) e o planejamento público do espaço.

O terceiro aspecto é a distância que se apresenta entre o planejamento e o acontecer concreto, pois a dinâmica do espaço vai para muito além da prancheta do

planejador. Projetos bem estruturados sucumbem à dinâmica demográfica (veja o caso das migrações para Brasília<sup>7</sup>) ou a novas atividades econômicas que atraem diferentes equipamentos e movimentos a determinado espaço urbano. Por mais que haja um saber posto que o planejamento tem a necessidade de ser retomado num movimento dialético, a prática do pensar a cidade é muito mais lenta que a do acontecer urbano. Não se pode perder isso de vista, sob o risco de trabalhar com um espaço palco estanque tão temido por Milton Santos (2005, p.31).

(5) A quinta ressalva aqui posta, dialoga com o alerta sobre questão da escala de análise nos estudos urbanos e o próprio entendimento do espaço como totalidade. Diz respeito à dimensão metropolitana do espaço urbano de Brasília.

É evidente que essa perspectiva metropolitana, ainda que fosse um caminho inexorável para a nova centralidade político-administrativa que se produzia nas décadas de 1950/60, ela só se realiza ao final do século e, ainda que não possua uma clara mancha contínua, ela se desmembra com forte integração para além do quadrilátero do DF, envolvendo na sua hinterlândia imediata municípios de Goiás, como o IBGE classifica: um verdadeiro arranjo urbano-regional com mais de quatro milhões de pessoas.

Esse quadro metropolitano, que não é um apanágio brasiliense, convive com práticas de projetos e regimes de intervenção anti-metropolitanos redundando em incongruências no enfrentamento de diversos problemas como saneamento, transporte, habitação e ambiental, dentre outros.

O desdobramento dessas discussões já em curso em fóruns como os ENANPUR (Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), os SIMPURB (Simpósio Nacional de Geografia Urbana) e mesmo em grupos de pesquisa como o Observatório das Metrôpoles e o NEUR (Núcleo de Estudos Urbanos da UNB) sugerem a necessidade imediata de enfrentamento da escala de poder metropolitano para além da representação política no nível municipal para execução do planejamento o que repercute para essas cidades-regiões práticas de localismo e subrepresentação.

---

<sup>7</sup> Sobre esse tema, merece reiterada menção o trabalho de Ana Maria Nogales Vasconcelos (2010).

Questões que permanecem em aberto, como: quais os conceitos, categorias e instituições mais adequados para lidar com o atual problema da gestão metropolitana? E mesmo propostas de criação de supermunicípios ou miniestados permanecem reféns de um amadurecimento e prática política<sup>8</sup>.

Para além dessa discussão, há que se ter clareza que não é possível pensar no espaço urbano do DF restringindo o olhar ao território DF, muito menos ao seu Plano Piloto. Daí que, de balde a opção pelo estudo a partir da criação das RAs, não se perderá o vínculo dessas com os municípios circunvizinhos do DF.

(6) A última das observações está relacionada ao desafio operacional de pesquisa primária. É natural que os estudos de Geografia Histórica que se debruçam sobre recortes temporais mais recuados encontrem dificuldades na coleta de informações e tenham que lidar com os hiatos temporais mencionados por Vasconcelos (1999b) ou produzir sínteses a partir dos fragmentos documentais, como os mapas conjecturais propostos por Maurício de Abreu (2000) e discutidos em Andrade (2013b). Todavia, os estudos assentados nos últimos séculos ou em centralidades urbanas, tendem a ofertar uma maior quantidade de documentação ao pesquisador. Essa era a expectativa nas primeiras aproximações aos órgãos públicos de Brasília.

De fato há muita produção (bases secundárias) e documentação estatística ampla sobre a capital brasileira, também há uma possibilidade, ainda concreta, de coleta de relatos orais como documentação primária na estruturação da história territorial do DF (já há iniciativas nesse sentido, tanto no departamento de História como na Geografia da UNB).

Todavia, há de se destacar a dificuldade de acesso à base documental, mormente a cartográfica; ou pela simples inexistência, ou pela desorganização nos arquivos dos órgãos gestores, ou pela opção de NÃO mostrar determinados dados que revelem escusas práticas políticas. Fato é que não se disponibiliza ao pesquisador/cidadão, por exemplo, no Governo do Distrito Federal os mapas com a

---

<sup>8</sup> O Estatuto da Metrópole, recém sancionado e transformado na Lei 13.089 de 12 de janeiro de 2015, após mais de dez anos de discussões e trâmites, surge como instrumento formal de intervenção, mas encontra os mesmos entraves da fragmentação político-administrativa das regiões metropolitanas.

sequência de formação das Regiões Administrativas, muito menos a definição georeferenciada das 31 RAs (conforme mencionado acima, apenas 19 foram oficialmente demarcadas).

Esta apresentação de desafios teóricos e metodológicos encontrados num estudo de Geografia Histórica, evidentemente, não esgota a discussão no interior de cada um deles, nem mesmo a possibilidade de incluir outros à relação proposta. A perspectiva aqui presente, na dimensão e possibilidade de um artigo, é, a partir de um explícito objeto empírico, ratificar uma proposta metodológica de abordagem sustentado no instrumental da Geografia Histórica e apresentar obstáculos habituais aos estudos nessa seara. Os desafios aqui sugeridos são recorrentes, por vezes como lacunas, por vezes se distanciando da base teórica da disciplina, em estudos que se auto nomeiam com geográfico-históricos. Acredita-se assim que, não obstante a exemplificação constante do objeto concreto da dinâmica territorial do DF, tem-se um elenco de desafios que, com os seus desdobramentos, repercutem em todo estudo que se proponha fazer análise territoriais de tempos pretéritos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de A. **Construindo uma geografia do passado**. Rio de Janeiro – cidade portuária. Geosp, vol. 7, p. 13-25, 2000.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O espaço em movimento**: a dinâmica da Pituba no século XX. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2005.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. Desafios para estudos de Geografia Urbana de cunho histórico. **Anais do XI Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Bogotá/Colômbia: Universidad Nacional de Colombia, 2007, v.1. p.1-14.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. Novas variáveis para o trato do território na contemporaneidade. **Revista Finisterra**. v. XLV, Lisboa/Portugal: Departamento de Geografia da Universidade de Lisboa, 2010, p.157-170.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O outro lado da Baía**. A gênese de uma rede urbana colonial. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2013a.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. A cartografia histórica como instrumento para análises de configurações espaciais pretéritas. O uso de mapas conjecturais. **Anais do V Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica**. Petrópolis/RJ, 2013b.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Dinâmica territorial**: cartografia – monitoramento – modelagem. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2008.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Monitoramento do crescimento e vetores de expansão urbana de Brasília. In: PAVIANI, A.; BARRETO, F.F.P.; FERREIRA, I.C.B.; CIDADE, L.C.F.; JATOBÁ, S.U. (Orgs). **Brasília 50 anos**: da capital a metrópole. Brasília: Editora UnB, 2010, p. 369-396.

BARBO, Leonora de Castro. Cartografia Histórica: territórios, caminhos e povoados em Goiás: 1722 - 1889. **Tese de Doutorado** (Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, FAU, 2015.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. [Ed. Francesa, 1969].

BRITO, Jusselma Duarte de. De Plano Piloto a Metrópole. A mancha urbana de Brasília. Brasília: Editora Sinduscon/DF, 2010.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs). **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.

COSTA, Everaldo B. Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global. 445f. **Tese** (Doutorado em Geografia) FFLCH-USP, São Paulo, 2011.

COSTA, Everaldo Batista da. Metodologia para a Geografia Histórica Urbana: depoimentos orais (ou testemunhos) como documentos. **Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Fortaleza/CE, UFCE, 2015.

COSTA, Everaldo Batista da; PELUSO, Marília Luiza. “Territórios da memória candanga na construção da capital do Brasil (1956-1971)”. **Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

COSTA, Marco Aurélio; TSUKUMO, Isadora Tami Lemos. (orgs). **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

COSTA, Graciete Guerra. As Regiões Administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011. **Tese de Doutorado** (Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, FAU, 2011.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília, ideologia e realidade**:

espaço urbano em questão. 2ª ed. Brasília: Editora da UNB, 2010, p.61 a 82. [1ª ed 1985].

FURTADO; B. A.; KRAUSE, C.; FRANÇA, K. C. B. (orgs). **Território metropolitano, políticas municipais**. Por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. Brasília: IPEA, 2013.

GARCIA, João Carlos. A transmissão do conhecimento geográfico. In: RIBEIRO, Orlando. **O ensino da geografia**. Porto Editora: Porto, 2012, p.18-28.

PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. 2ª ed. Brasília: Editora da UNB, 2010a. [1ª ed. 1985].

PAVIANI, Aldo. **Brasília, a metrópole em crise**: ensaios sobre urbanização. 2ª ed. Brasília: Editora da UnB, 2010b. [1ª ed 1989].

PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial. In: PAVIANI, A.; BARRETO, F.F.P.; FERREIRA, I.C.B.; CIDADE, L.C.F.; JATOBÁ, S.U. (Orgs). **Brasília 50 anos**: da capital a metrópole. Brasília: Editora UnB, 2010c, p. 227-252.

PELUSO, M. L.; OLIVEIRA, W. C. de. **Distrito Federal**: paisagem, população e poder. 2 ed. Brasília: Editora Candido Calazans, 2012.

ROLNIK, Raquel. História Urbana: história na cidade? In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F. **Cidade e História**. Salvador: UFBA / Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992, p. 27-30.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. (Outras) **Cartas de Atenas**: Comtextos originais. Salvador: Quarteto Editora/PPGAU UFBA, 2001.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo. **Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. [1.ed. 1994].

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Cenários demográficos para a Área Metropolitana de Brasília. In: PAVIANI, A.; BARRETO, F.F.P.; FERREIRA, I.C.B.; CIDADE, L.C.F.; JATOBÁ, S.U. (Orgs). **Brasília 50 anos**: da capital a metrópole. Brasília: Editora UnB, 2010, p.397-426.



VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica. In: VASCONCELOS, P. de A.; SILVA, S. B. de M. (org.) **Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira**. Salvador: UFBA/Mestrado em Geografia, 1999a, p.191-201.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Como estudar a cidade na longa duração** (A noção do tempo na Geografia). Formação, Presidente Prudente, v. 6, p. 75-90, 1999b.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A Geografia Urbana. In: JUNIOR, M. E.; URIARTE, U. M. (orgs.) **Panoramas urbanos**: reflexões sobre a cidade. Salvador: EDUFBA, 2003, p.57-68.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **Geotextos**, Salvador, v. 5, p. 147-157, 2009.